



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA
FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE - FUNBIO**

PROGRAMA ÁREAS PROTEGIDAS DA AMAZÔNIA – ARPA

TERMO DE REFERÊNCIA 2013.0607.00036-5

OBJETIVO: Contratação de serviços de consultoria (pessoa jurídica) para elaboração do Plano de Manejo da Reserva Extrativista Federal Rio Cautário – Guajará Mirim, RO

UNIDADE GESTORA: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade-ICMBio.

Junho de 2013

**TERMO DE REFERÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE
MANEJO DA RESERVA EXTRATIVISTA FEDERAL RIO CAUTÁRIO, RO**

1. ANTECEDENTES

A Amazônia abriga a maior floresta tropical do mundo e contém um terço de todas as florestas remanescentes desse tipo. A região, compartilhada por nove países sul-americanos, ocupa quase a metade do território brasileiro – 4,1 milhões de km² e é cortada por mais de mil rios, formando a maior bacia hidrográfica do planeta. Ela também guarda uma enorme quantidade de carbono, possui uma imensa riqueza biológica, com milhões de espécies – muitas das quais ainda desconhecidas da ciência – e tem uma riqueza cultural igualmente diversa, com populações tradicionais e indígenas de longa e rica tradição no convívio com a floresta. Esse imenso patrimônio possui agora um programa de conservação à altura dos desafios e necessidades da gigantesca região que o abriga.

A partir de sua parceria com doadores e organizações da sociedade civil, o Governo Federal, por meio do Decreto nº 4.326 de 08 de agosto de 2002, criou o Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA). O Programa ARPA reúne o estado da arte em biologia da conservação e integração participativa de comunidades, para proteger, em uma única década, amostras representativas da biodiversidade amazônica numa escala inédita, garantindo a integridade de suas paisagens e recursos genéticos pelo tempo que virá. O Governo Federal implementa o Programa ARPA por meio de uma parceria técnico-financeira com governos estaduais e municipais, o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio) e os seguintes doadores:

- Fundo para o Meio Ambiente Global (GEF), por meio do Banco Mundial;
- Fundo Amazônia, por meio do BNDES
- KfW; e
- WWF-Brasil.

Com o Programa ARPA, o Governo Federal pretende consolidar o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), instituído pela Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e tem a meta de proteger pelo menos 50 milhões de hectares de florestas na Amazônia por meio da implementação de áreas protegidas já existentes e da criação e implementação de novas unidades. Para a Fase II do programa ARPA (2010-2015) objetiva-se:

- Apoiar a criação de 13,5 milhões de ha de novas UCs de proteção integral e uso sustentável.
- Consolidar de 32 milhões de ha de UCs apoiadas na primeira fase, incluindo 6,5 milhões de ha de UCs ainda não apoiadas pelo Programa. Serão consolidados 23 milhões de ha em grau I e 9 milhões de ha em grau II.
- Capitalizar o Fundo de Áreas Protegidas (FAP) em US\$ 70 milhões (correspondente a soma do que foi capitalizado na Fase I (US\$ 24,28 milhões) com o que será capitalizado na Fase II).

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, através da Diretoria de Criação e Manejo de Unidade de Conservação - DIMAM, tem buscado promover a elaboração, implantação e implementação de planos, programas, projetos e ações demandadas pelas Populações Tradicionais através de suas entidades representativas e/ou indiretamente, através dos Órgãos Governamentais constituídos para este fim, ou ainda, por meio de Organizações não Governamentais. Dentre as atribuições específicas da DIMAM, cabe destacar a criação, implantação,

consolidação, gerenciamento e desenvolvimento das Reservas Extrativistas em conjunto com as populações tradicionais que as ocupam.

A Reserva Extrativista Federal do Rio Cautário foi criada em 07 de agosto de 2001, com uma área de 73.817,4975 hectares, situado no município de Guajará – Mirim, mas com o acesso facilitado pelo município de Costa Marques, ambos no estado de Rondônia. Antes da criação da Reserva, esta área era de domínio do Exército Brasileiro. A transformação desta área em Reserva Extrativista se deu pela vontade das atuais organizações dos seringueiros, através do Conselho Nacional de Seringueiros – CNS e Associação Aguapé (associação que engloba os moradores da RESEX Estadual do Rio Cautário e RESEX Federal do Rio Cautário). Atualmente existem 11 famílias residentes na reserva e mais 50 famílias que utilizam a UC para fins extrativistas. Estas últimas, residem na área pertencente à RESEX Estadual do Rio Cautário, sendo considerados também como beneficiários da RESEX Federal do Rio Cautário.

2. OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

Contratar serviços de natureza técnica para elaboração do Plano de Manejo da Reserva Extrativista Rio Cautário, com ênfase na definição de diretrizes, normas e programas a serem implantados na Unidade, com o objetivo de gestão e ordenamento do uso sustentável dos recursos naturais e proteção dos meios de vida e cultura das populações tradicionais.

3. ESCOPO DOS SERVIÇOS

3.1. ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS

Os serviços de consultoria, objeto deste Termo de Referência, seguirão a metodologia participativa devendo o Plano de Trabalho conter as estratégias de execução. O conteúdo mínimo do Plano de Manejo e as orientações para a equipe de planejamento seguem a cada etapa. Sua elaboração será adaptada às especificidades da Reserva Extrativista Rio Cautário e à realidade local.

A supervisão das atividades da consultoria, em qualquer das etapas do trabalho, estará a cargo do ICMBio/RESEX Rio Cautário, que terá pleno acesso a todas as informações e atividades realizadas para a elaboração dos serviços deste Termo de Referência. Estas informações deverão ser disponibilizadas também, quando solicitadas, ao ICMBio, em Brasília-DF.

A avaliação técnica e aprovação dos documentos preliminares e finais apresentados será de responsabilidade do ICMBio-RESEX Rio Cautário, podendo ser solicitadas informações complementares e alterações dos documentos, quando se fizerem necessárias para contemplar os conteúdos mínimos exigidos no Plano de Manejo, especificados neste Termo de Referência. A seguir são descritas as etapas de elaboração do plano:

3.1.1 - 1^a ETAPA: PLANEJAMENTO

Atividades

1. Realizar o planejamento de todas as etapas necessárias à elaboração do Plano de Manejo, prevendo os recursos humanos, cronograma de execução, infra-estrutura, material de apoio e, se necessárias, as parcerias que podem contribuir com os trabalhos.

Estratégia de execução:

O planejamento dos trabalhos deverá ser executado pela consultoria e apresentados, em forma de **Plano de Trabalho** ao ICMBio/RESEX Rio Cautário, o qual poderá apresentar sugestões e/ou mudanças no conteúdo do documento, de forma a adaptar as ações, as situações e necessidades locais. As outras atividades somente poderão ser iniciadas após a aprovação deste pelo ICMBio/RESEX Rio Cautário.

A contratada deverá designar uma equipe composta pelo menos por 01 Coordenador, 01 Assessor Técnico e 01 moderador/facilitador (conforme perfil estabelecido no item 5.1.2.1). O coordenador será responsável pelo processo de planejamento e execução do contrato. Esse profissional responderá pelo pleno cumprimento das etapas e atividades descritas neste edital e pela elaboração dos produtos, objeto da contratação.

Produtos

A contratada deverá apresentar o Plano de Trabalho devidamente aprovado pelo ICMBio/RESEX Rio Cautário em três cópias impressas e duas cópias em meio digital, formatos *pdf e *doc.

3.1.2 - 2ª ETAPA: LEVANTAMENTO DE DADOS SECUNDÁRIOS (COLETA E ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES DISPONÍVEIS)

Atividades

1. Levantar a bibliografia sobre a Reserva e área de entorno existentes no ICMBio, no órgão ambiental estadual, universidades e instituições científicas, além da sociedade civil organizada e analisá-la;
2. Proceder à análise das informações e materiais existentes sobre a UC, a exemplo de material audiovisual como fotografias, filmagens, mapas, publicações científicas, plano de utilização, relatórios, laudos técnicos, etc, identificando sua possível aplicação no manejo da Reserva;
3. Organizar um banco de dados contendo informações dos limites da unidade de conservação, limites e sedes municipais, outros núcleos urbanos e demais localidades, rodovias, hidrografia, curvas de nível, pontos cotados e outros que estiverem disponíveis de modo a consolidar a carta imagem da unidade de conservação e entorno, a partir de imagem de satélite recente;
4. Proceder às interpretações das fotos aéreas e das imagens de satélite necessárias à elaboração dos mapas;
5. Elaborar Base cartográfica apresentando o enquadramento regional da unidade de conservação com informações da hidrografia principal; sistema viário; limites municipais/sedes, áreas urbanas e outras localidades; relevo (hipsometria, drenagem, declividade); ocorrência com outras unidades de conservação e outras áreas protegidas como Terras Indígenas.

Estratégia de execução

O coordenador técnico do plano poderá obter junto à equipe técnica do ICMBio-RESEX Rio Cautário, tanto no estado de Rondônia, como no ICMBio/DIMAN, em Brasília-DF, as informações referentes à bibliografia e documentos existentes da UC. Deverá também proceder as investigações obedecendo ao procedimento nº 1 e 2 das atividades mencionadas anteriormente.

Produtos

1. Revisão bibliográfica apresentada em forma de cópias e gravada em meio digital;
2. Diagnóstico preliminar elaborado com as informações bibliográficas relevantes para o manejo da UC, apresentado em três cópias impressas e duas cópias em meio digital, formatos formatos *pdf e *doc.
3. Base cartográfica e mapas temáticos preliminares elaborados em escala compatível, contendo dados referentes às tipologias de vegetação, antropização na área da reserva e seu entorno, hidrografia, geomorfologia, litologia, populacional e infraestrutura existente, apresentados nos formatos *pdf e *shp, ou outros compatíveis.

3.1.3 - 3ª ETAPA: REALIZAÇÃO DE OFICINA DE MAPEAMENTO PARTICIPATIVO

Atividades

1. Organizar, em conjunto com o ICMBio/RESEX Rio Cautário, Oficina de Mapeamento Participativo, convocando os membros das comunidades locais (lideranças comunitárias, moradores do entorno e da UC, e outros que detenham informações sobre a UC);
2. Convidar representantes de instituições para participarem da(s) oficina(s), enfatizando sua contribuição para a elaboração do Plano de Manejo;
3. Oferecer material e logística necessários à realização da oficina;
4. Contratar profissional especialista em moderar este tipo de Oficina;
5. Realizar a Oficina de Mapeamento Participativo;
6. Solicitar do moderador, o relatório contendo todas as informações, percepções e sugestões dos presentes na Oficina de Mapeamento Participativo.

Estratégia de Execução

A Oficina deverá ser realizada, preferencialmente, na comunidade da Reserva Extrativista Rio Cautário. Para obter a participação social é importante que as lideranças locais, os moradores e também, representantes de instituições convidadas, sintam-se sensibilizados e interessados na conservação da UC e seus recursos naturais. Exige-se que o moderador tenha, necessariamente, experiência no emprego da metodologia de mapeamento ou planejamento estratégico participativo. Na moderação da reunião devem ser utilizadas técnicas de dinâmica de grupos e de resolução de conflitos.

Antes da realização do evento deve-se providenciar a elaboração de mapa base da UC com vistas a subsidiar a obtenção dos produtos desejados.

Produto

1. Relatório contendo as informações e percepções das comunidades obtidas durante o evento (Oficina de mapeamento participativo), elaborado em duas cópias impressas e duas cópias em meio digital, formato *.pdf.

Devem ser contempladas no relatório, no mínimo, as seguintes informações:

- A análise do contexto atual da UC, obtido na oficina (contendo as ameaças e oportunidades no âmbito regional);
- A análise da situação da UC (mostrando os pontos fortes e fracos);
- O mapa falado;
- A Matriz de Avaliação Estratégica, apresentando uma síntese dos pontos fortes e fracos e os possíveis parceiros e colaboradores institucionais na resolução das ameaças e fragilidades.
- Mapeamento participativo do uso dos recursos naturais da RESEX em questão.

Os subsídios obtidos na Oficina deverão ser consolidados e complementados pela instituição contratada, segundo a orientação da equipe do ICMBio/RESEX Rio Cautário.

3.1.4 - 4^a ETAPA: LEVANTAMENTO DE DADOS PRIMÁRIOS (LEVANTAMENTOS DE CAMPO E ESTUDOS ESPECÍFICOS)

Serão indicados abaixo, os levantamentos mínimos a serem realizados na UC. Caso se identifique a necessidade de se obter novas informações no decorrer dos estudos, isso será objeto de um segundo levantamento ou de indicações para estudos posteriores. No caso da Unidade apresentar fenômenos especiais ou quando o manejo assim o exigir, deve-se proceder, oportunamente, estudos específicos, os quais serão objetos de nova consultoria. As informações obtidas no diagnóstico devem ser georreferenciadas com o uso de GPS (Global Positioning System).

Atividades

1. Realizar os levantamentos das áreas temáticas, utilizando Metodologias Participativas, no interior da Reserva Extrativista Rio Cautário, de acordo com as especificações a seguir:

ÁREAS TEMÁTICAS

A. Levantamento da vegetação

Com base em levantamento fitossociológico e/ou inventário florestal (amostragem), na compilação, sistematização e análise das informações bibliográficas e cartográficas existentes sobre a flora da Reserva e região do entorno, caracterizar as principais formações vegetais existentes na Reserva Extrativista, referente à:

- a) Distribuição, extensão e grau de conservação destas, identificando os tipos de pressão que vêm sofrendo;
- b) Espécies de valor para o manejo florestal - potencial de uso não madeireiro (sementes, óleos, outros) e madeireiro (passíveis de Plano de Manejo Florestal Sustentável Comunitário), indicando sua localização e tipos de pressão a que estão submetidas. Além de identificar aquelas de valor para a conservação (raras, em perigo e/ou ameaçadas de extinção, endêmicas);
- c) Identificar as áreas prioritárias para a proteção de espécies vegetais;
- d) Identificar junto aos comunitários os principais produtos florestais não madeireiros, sua localização e potencial de exploração;
- e) Plotar em croquis as áreas de conversão de uso dos solos existentes e as áreas já afetadas;
- f) Construir mapa(s) com a localização das áreas/pontos de amostragem;
- g) Apresentar a lista das espécies encontradas nos inventários por formação vegetal, com suas respectivas distribuições e abundâncias.

Observações

- Para a classificação das formações vegetais, deve-se utilizar como referência aquela adotada atualmente pelo IBGE, correlacionando-a com as classificações regionais.
- As informações pontuais devem ser georreferenciadas, para permitir sua localização no espaço;
- Com base nos resultados obtidos, a contratada deverá recomendar os estudos e pesquisas complementares que se fizerem necessários.

B. Levantamentos de fauna (herptofauna, mastofauna, ictiofauna e avifauna)

Com base em levantamentos, na compilação, sistematização e análise das informações bibliográficas e cartográficas existentes sobre a fauna da área de abrangência desse Termo de Referência, apresentar as seguintes informações:

- a) Revisar tecnicamente as listas de fauna produzidas para esta parcela da Região Norte;
- b) Relacionar as principais espécies existentes na área de estudo, destacando quando possível, aquelas reconhecidas como de valor especial para a conservação (espécies endêmicas, exóticas, raras, migratórias, em perigo e/ou ameaçadas de extinção), indicando sua localização e relação com as diferentes comunidades vegetais existentes.
- c) Identificar se as espécies sofrem pressões decorrentes de caça, extração e coleta de produtos florestais;
- d) Identificar as áreas prioritárias para a proteção de espécies animais;
- e) Apresentar a lista completa das espécies encontradas.

C. Levantamentos do Meio Físico (Pedologia, Geomorfologia, Geologia, Hidrografia)

- a) Com os dados disponíveis (referências bibliográficas, publicações, estudos, outros), a serem verificados em campo, descrever as unidades geomorfológicas presentes, referentes à gênese e evolução do relevo predominante na unidade e as faixas de altitudes mais freqüentes;
- b) Descrever a evolução geológica regional por meio de estudos sobre litologia, tectônica e distribuição estratigráfica sobre a região onde se insere a UC;

- c) Descrever os solos predominantes em relação às suas principais características físicas e químicas (textura, estrutura, densidade, permeabilidade, profundidade, capacidade de saturação etc.) e a sua suscetibilidade à erosão (particularmente nas áreas antropizadas);
- d) Elaborar o mapa de solos, indicando as fragilidades de uso e de ocorrências erosivas (suscetibilidade natural à erosão), apresentando recomendações para o zoneamento e manejo da UC e da zona de amortecimento;
- e) Caracterizar a rede de drenagem dentro da UC e zona de amortecimento, identificando os principais cursos de água, lagos e/ou reservatórios artificiais e/ou naturais;
- f) Realizar levantamento da topografia destes cursos d'água;
- g) Apresentar as informações disponíveis em mapas cartográficos em escala compatível.

D. Levantamentos Socioeconômicos, Aspectos Legais e Patrimônio Histórico-Cultural

Estes levantamentos visam identificar, descrever e caracterizar os grupos cujos interesses se relacionem com a Reserva Extrativista Rio Cautário (comunidades extrativistas beneficiárias), para avaliar as possíveis alianças e conflitos, deve-se conhecer os principais interesses, expectativas, potencialidades, limitações e conflitos das comunidades em relação à UC e à questão ambiental. Para tanto, é preciso caracterizar as redes de interesses complementares ou concorrentes.

Para a avaliação geral do bem-estar social, das condições de vida ou nível socioeconômico de diversos grupos sociais pode-se trabalhar com o Índice de Desenvolvimento Humano, construído a partir do cruzamento de indicadores simples como educação, saúde, saneamento, etc. Além dos dados estatísticos deve-se utilizar técnicas como entrevistas e histórias orais, entre outras, referenciando com o GPS os locais visitados. Caso haja proximidade ou contato com populações indígenas, é preciso levantar a etno-história destes moradores e sua relação com a UC.

1. Patrimônio histórico e cultural

- 1.1. Levantar o histórico de criação da Reserva, envolvendo os diplomas legais;
- 1.2. Caracterizar os aspectos históricos e culturais regionais tais como: a colonização, as manifestações culturais resultantes, a presença de etnias indígenas, observando sua influência na cultura local;
- 1.3. Desde que existam, deve-se relacionar e localizar os sítios históricos, paleontológicos, arqueológicos (georreferenciados com GPS e visualizados graficamente);
- 1.4. Avaliar o estado atual da proteção e conservação dos sítios, identificando as pressões que vêm sendo exercidas sobre a área, fazendo as recomendações para o seu manejo e controle;
- 1.5. Levantar as manifestações culturais importantes das populações como o uso tradicional da flora e fauna;
- 1.7. Indicar as atividades diferenciadas ou características da região, como as festividades, atividades de turismo e feiras, dentre outras;
- 1.8. Levantar os mitos e lendas regionais, especialmente os que envolvem a área da UC seus atributos naturais e culturais;

2. Características socioeconômicas das populações moradoras

2.1. Caracterizar, de forma geral, a população, considerando:

- a) A distribuição - apresentar a dinâmica populacional, a faixa etária, o sexo segundo os censos demográficos; indicar os movimentos de êxodo rural e suas causas regionais; registrar as tendências de crescimento dos núcleos populacionais na Reserva Extrativista Rio Cautário; mencionar as formas de organização (comunitárias, associações, cooperativas, sindicatos) existentes dentro ou relacionadas com a Unidade;
- b) O grau de escolaridade - identificar o número e a porcentagem de analfabetos adultos e de crianças fora da escola; quantificar a presença de escolas e condições pedagógicas existentes;
- c) O saneamento básico - identificar as condições de esgotos despejados na rede hidrográfica, os índices de doenças infecto-contagiosas, indicando-se os vetores, as endemias da região, caracterizar as condições de manejo dos resíduos sólidos;
- d) Identificar a infra-estrutura existente na UC (igrejas, escolas, salões, áreas de recreação e outras).

2.2. Analisar o modo de vida das populações e os usos que fazem da terra, identificar e caracterizar as atividades artesanais, agrícolas, criação de animais, silvicultura, entre outras, quantificando quando possível, as receitas advindas destas práticas. Mencionar se as atividades são para consumo familiar ou com fins comerciais.

2.3. Descrever as atividades de exploração dos recursos naturais (extrativismo) e identificar o uso dos mesmos (consumo familiar ou comercial), as quantidades produzidas, mercados, tecnologia e infra-estrutura disponível e receitas advindas destas práticas.

2.4. Identificar as situações de conflito existentes ou potenciais na Reserva;

2.5. Elaborar calendário agrícola/extrativista para cada comunidade com base na sua realidade;

2.6. Georreferenciamento de todas as moradias da UC;

2.7. Identificar as potencialidades de uso dos recursos naturais (fauna e flora) para o desenvolvimento de novas cadeias produtivas com fins de melhorar a qualidade de vida e renda das comunidades da Unidade, compatível com a conservação das espécies exploradas.

Observações

- O Relatório do diagnóstico socioeconômico deverá incluir gráficos, histogramas, croquis e/ou outras formas de ilustrações, além de mapas e cartas que se fizerem necessários.

As informações podem ser obtidas por meio dos censos demográficos, registros administrativos e na fase de levantamento de campo (reuniões, entrevistas, questionários e consultas feitas às comunidades).

O objetivo dos estudos é estabelecer estratégias de manejo para a área. Deve-se obter, ao final dos estudos, um documento de planejamento que acorde à realidade e às demandas locais. Isso requer o envolvimento da comunidade científica, das lideranças locais e de entidades, efetivamente relacionadas com a UC.

As informações deverão ser referenciadas por meio do GPS, de modo a se obter sua espacialização em ambiente SIG.

3. Aspectos legais

Caracterizar a situação fundiária da Unidade, identificando possíveis áreas de conflito e pendências jurídico-administrativas relacionadas a indenizações e definições de limites. A fim de subsidiar este trabalho poderão ser disponibilizadas as informações existentes no ICMBio/RESEX Rio Cautário.

E. Análise situacional da Unidade

A partir das condições identificadas nos diagnósticos realizados nos itens anteriores, fazer uma análise integrada de oportunidades e ameaças da Unidade e de sua zona de amortecimento.

Declarar a importância da Unidade nos diversos contextos (local, regional, nacional, internacional), bem como os seus objetivos ambientais e socioeconômicos.

Fazer projeções de cenários para a Unidade para o período de 05 a 10 anos, indicando estratégias e ações para superação das demandas identificadas. Esse processo deverá ser dinâmico, construído com as comunidades extrativistas beneficiárias e negociado com instituições responsáveis ou parceiras da Reserva, buscando apontar metas e prioridades. Essas análises serão relevantes para a identificação dos programas e subprogramas a serem contemplados no Plano de Manejo.

Estratégia de Execução

A contratada será responsável pelo desenvolvimento de todos os estudos necessários à complementação das informações obtida no item 3.1.2 (Levantamento de dados secundários) e 3.1.3 (Realização de oficina de mapeamento participativo), incluindo os custos com a infra-estrutura e pessoal necessários às atividades inerentes a estes estudos.

Os resultados das pesquisas realizadas e de outros materiais de interesse neste trabalho serão entregues durante a apresentação da versão final de cada estudo específico, abaixo relacionado. Uma vez entregues, serão apreciados pela equipe de Supervisão Técnica da Coordenação de Elaboração e Revisão de Plano de Manejo - COMAM e ICMBio/RESEX Rio Cautário e por outros que esta julgar

oportuno. Após a entrega da análise crítica por parte da referida equipe, cabe ao coordenador da contratada atender suas recomendações e aprimorar o produto. Tais relatórios de pesquisas deverão ser anexados ao plano de manejo.

As informações devem ser georreferenciadas, possibilitando sua espacialização em ambiente de SIG. Funcionários da UC devem participar, sempre que possível, das atividades de levantamento de dados e de seu processamento, para que possam reaplicar as metodologias nas ações de monitoria e avaliação futura da Reserva.

Cabe ao coordenador indicar as pesquisas ou estudos que possam complementar os dados obtidos na Reserva, estabelecendo uma ordem de prioridade.

Produtos

1. Relatório sobre o Levantamento da Vegetação;
2. Relatório sobre o Levantamento da Herptofauna, Mastofauna, Avifauna e Ictiofauna;
3. Relatório sobre o Levantamento do meio ambiente físico (Pedologia, Geomorfologia, Geologia, Hidrografia);
4. Relatório sobre o Levantamento Socioeconômico, Aspectos Legais e Patrimônio Histórico-Cultural;
5. Relatório sobre a Análise Situacional da Unidade.

Todos os relatórios devem conter, no mínimo, as informações descritas anteriormente, apresentados em duas cópias impressas e duas cópias em meio digital, formatos *.pdf e *.doc. Estas informações, necessariamente, deverão ser incorporadas à edição completa do Plano de Manejo (edição final).

3.1.5 - 5^a ETAPA: IDENTIFICAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DA GESTÃO DA UNIDADE

Atividades

1. Relacionar as associações e outras organizações representativas das comunidades existentes dentro da Unidade, descrevendo sua constituição e atribuições;
2. Descrever qual a composição do Conselho Deliberativo da Unidade, relacionando quais as instituições que o compõe e qual o instrumento legal (portaria) que o aprovou. Mencionar quais as atribuições do Conselho Deliberativo na gestão da Unidade;
3. Mencionar parcerias com instituições públicas e/ou privadas que participam da gestão ou desenvolvem projetos e pesquisas dentro da Unidade, relacionando as suas atividades e/ou atribuições;
4. Relacionar as atribuições do ICMBio e das organizações locais que são beneficiárias frente à Unidade;
5. Atualizar com as comunidades as Regras de Convivência, já estabelecidas no Plano de Uso, no sentido de assegurar a utilização racional e sustentável dos recursos naturais;
6. Identificar e descrever, se existentes, os acordos específicos, em nível de comunidades, elaborados e aprovados pelos moradores, obtendo, se possível, cópia dos mesmos. Estes acordos, caso ainda não tenham sido validados pelo órgão gestor da Unidade (ICMBio), serão motivo de regulamentação posterior.

Estratégia de execução

Para atender os itens 2, 3 e 4, as informações podem ser obtidas junto ao órgão gestor da Unidade e/ou Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Rio Cautário. As informações referentes aos itens 1 e 6 devem ser obtidas diretamente com as comunidades extrativistas beneficiárias da reserva, em reuniões informais com seus representantes ou em eventos realizados durante as outras etapas de elaboração do Plano de Manejo.

Especificamente para o item 5, deverá ser realizado um ou mais eventos, com a participação efetiva das comunidades extrativistas beneficiárias e representantes do ICMBio/RESEX do Rio Cautário, de maneira a atualizar as Regras de Convivência já implantadas dentro Unidade.

Produtos

1. Relatório contendo as informações sobre a estrutura e atribuições das instituições existentes na Unidade, incluindo o Conselho Deliberativo e o ICMBio/RESEX Rio Cautário. O relatório deve ser apresentado em duas cópias impressas e duas cópias em meio digital, formatos *.pdf e *.doc.
2. Cópia dos acordos específicos, se existentes. Caso contrário elaborar relatório contendo os principais pontos abordados por estes documentos, a ser apresentado em duas cópias impressas e duas cópias em meio digital, formatos*.pdf e *.doc. .
3. Documento contento as Regras de Convivência, elaborado com a participação efetiva das comunidades extrativistas beneficiárias, a ser apresentado em duas cópias impressas e duas cópias em meio digital, formatos *.pdf e *.doc.

3.1.6 - 6^a ETAPA: DEFINIÇÃO DO ZONEAMENTO PARA A UNIDADE

Atividades

1. Definir o zoneamento para a Unidade, de forma participativa com as comunidades, procurando integrar os instrumentos técnico-científicos disponíveis e o etnoconhecimento, de maneira a identificar a diversidade das paisagens (ecossistemas), da vegetação, da fauna e nível de antropismo existente na Reserva, descrevendo os possíveis usos e restrições para cada zona a ser criada. Quando existirem, demarcar os locais onde se encontram os patrimônios espeleológicos e arqueológicos.
2. Identificar e estabelecer a Zona de Amortecimento, delimitando sua área e caracterizando os ecossistemas e as ações antrópicas. Se possível, estabelecer normas específicas de uso e restrições, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade. Deverão ser considerados os Planos Diretores dos Municípios abrangidos pela Zona de Amortecimento.

Estratégia de execução

O zoneamento deve ser elaborado a partir dos levantamentos e informações anteriormente obtidos, de maneira participativa, tentando-se reunir os representantes das mais diversas localidades da reserva, abrangendo assim informações sobre as diversas áreas/regiões da Unidade.

Produtos

1. Mapa do zoneamento da Unidade, incluindo a sua zona de amortecimento, devendo ser apresentado em escala compatível, em duas cópias impressas e duas em meio digital, formatos *.pdf e *.shp, contendo no mínimo as seguintes informações: logomarca do ICMBio e da RESEX Rio Cautário com a respectiva denominação e o Título do Mapa; vista com grades de coordenadas, contendo os elementos básicos (limite da Unidade, hidrografia, rodovias e/ou estradas) e as respectivas zonas; localização da Unidade no Estado; escala gráfica e numérica; sistema de coordenadas adotadas; Datum; Zona; indicação do Norte; folhas utilizadas na elaboração do mapa e descrição das mesmas (código, fonte e escala das folhas); legenda contendo todos os elementos da vista e o(s) Município(s) de abrangência da Unidade.
2. Relatório contendo as zonas criadas dentro da Unidade, descrevendo os possíveis usos e restrições, e ainda, estabelecendo a sua zona de amortecimento, apresentado em duas cópias impressas e duas cópias em meio digital, formatos *.pdf e *.doc.

3.1.7 - 7^a ETAPA: PROGRAMAS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E SOCIOECONOMIA DA UNIDADE

Atividades

1. Elaboração de programas e subprogramas a serem implantados na Unidade, com o objetivo de promover o manejo sustentável dos recursos naturais, valorizar a cultura e melhorar a qualidade de vida das comunidades extrativistas beneficiárias da reserva extrativista. Deve haver no mínimo 02 (duas) reuniões participativas com os representantes das comunidades extrativistas beneficiárias. Caberá a contratada organizar a logística das reuniões, dependendo da realidade local, em articulação com a chefia da RESEX Rio Cautário, observando os seguintes itens: mobilização, divulgação, transporte, hospedagem e alimentação dos participantes; local e horário; materiais e equipamentos para a apresentação. Para garantir a participação qualificada da comunidade local, em conjunto com a equipe gestora da Reserva Extrativista, a contratada deverá realizar etapa de mobilização, considerando os seguintes passos:

– Contatar os atores, entidades e lideranças comunitárias e realizar reuniões de trabalho, para definir estratégia de execução das oficinas;

– Definir uma metodologia de planejamento participativo, baseada em métodos que garantam efetivamente a participação dos envolvidos em articulação com a Equipe do ICMBio/RESEX Rio Cautário.

A contratada será responsável pela organização, execução e moderação das oficinas e deverá considerar:

– A proposição da logística para transporte, alimentação e hospedagem dos participantes, os custos serão assumidos pela contratada;

– A elaboração e produção de material tais como textos explicativos, mapas, cartilhas, cartazes, banners e outros; pela documentação das oficinas (relatoria, filmagem, gravação de áudio); e pelo material de consumo para moderação (tarjetas, flipchart, canetas e outros), cujos custos correrão de responsabilidade da contratada.

– A contratada dever ser responsável pelo custeio das despesas de deslocamento, alimentação e hospedagem da sua equipe;

Devem ser contemplados os seguintes programas e subprogramas:

1.1. Programa de Qualidade de Vida e Cidadania: tem como proposta definir as estratégias para apoiar e promover parcerias com as instituições públicas competentes, garantindo o acesso dos moradores aos serviços essências de saúde, educação, saneamento, habitação, cultura e lazer. Para cada subprograma a ser constituído, destacar os objetivos a serem alcançados.

- Subprograma de saúde: identificar as necessidades das comunidades quanto aos seguintes aspectos: melhoria e ampliação da infra-estrutura (postos de saúde, transporte para remoção de doentes, outros); apoio especializado (agentes de saúde, médicos, dentistas); parcerias existentes ou necessárias com os diversos níveis governamentais (municipal, estadual e federal).

- Subprograma de educação: identificar as necessidades das comunidades quanto aos seguintes aspectos: melhoria e ampliação da infra-estrutura (escolas, transporte escolar); ampliação da oferta de vagas de ensino (fundamental, médio, técnico e superior); necessidade de adaptação do currículo escolar a realidade local; parcerias existentes ou necessárias com os diversos níveis governamentais (municipal, estadual e federal);

- Subprograma de saneamento: identificar as necessidades das comunidades quanto aos seguintes aspectos: implantação ou expansão de sistemas de saneamento e captação d'água (comunitário e familiar); destinação e/ou tratamento dos resíduos sólidos e líquidos. Formação de agentes comunitários de vigilância sanitária; parcerias existentes ou necessárias com os diversos níveis governamentais (municipal, estadual e federal);

- Subprograma habitação: identificar as necessidades das comunidades quanto aos seguintes aspectos: demanda de moradias com as devidas técnicas vernaculares (técnicas

construtivas da cultura regional), fontes de recursos oficiais e de doadores para construção e/ou melhoria de moradias;

- Subprograma comunicação: identificar as necessidades de implantação e/ou melhoria de sistemas de comunicação internas e externas das comunidades (rádio comunicação, jornais e informativos locais, telefonia, rádios comunitárias, uso de espaços em programas de rádio e outros) visando maior integração das comunidades, entre si e o exterior da Unidade;
- Subprograma cultura: identificar as necessidades das comunidades quanto aos seguintes aspectos: promoção do resgate da cultura e registro dos saberes das comunidades; fomento de ações relacionadas à cultura local;
- Subprograma lazer e esporte: identificar as necessidades das comunidades quanto aos seguintes aspectos: demandas de infra-estrutura de recreação, lazer e desporto;
- Subprograma energia: identificar as demandas das comunidades quanto à necessidade de fontes de energia e tecnologias disponíveis (células fotovoltaicas, biocombustível, mini-usinas).
- Subprograma transporte: Identificar as demandas das comunidades quanto às necessidades de transporte terrestres, fluviais, visando a melhoria de acesso às atividades culturais, educacionais, assistência à saúde, lazer e outros.

1.2. Programa de Manejo dos Recursos Naturais e Cadeias Produtivas: tem como proposta buscar a melhoria da renda e qualidade de vida das comunidades extrativistas beneficiárias com base no uso sustentável dos recursos naturais da Unidade e de espécies já introduzidas. Para cada subprograma a ser constituído, destacar os objetivos a serem alcançados, adequando-se sempre a legislação ambiental vigente.

- Subprograma de extrativismo de produtos não-madeireiros: relacionar as espécies exploradas na Reserva e identificar as necessidades de melhoria dos processos produtivos (aquisição de equipamentos, assistência técnica, fontes de financiamento, novas tecnologias) visando agregar valor aos produtos extraídos. Os diversos produtos explorados na Reserva poderão ser detalhados em subprogramas ou projetos específicos (ex: subprograma castanha, subprograma do látex da seringueira, subprograma óleos vegetais e outros).
- Subprograma manejo de animais silvestres: identificar as espécies da fauna com potencial para manejo na Reserva apontando as necessidades para os processos de manejo, ou as ações necessárias para sua efetivação;
- Subprograma recursos pesqueiros: identificar as espécies da ictiofauna potenciais para exploração, apontando as necessidades para os processos de manejo, ou as ações necessárias para sua efetivação;
- Subprograma de segurança alimentar: identificar os usos do solo (não extrativistas) como agricultura e criação de animais, propondo ações e estratégias (capacitação dos moradores, assistência técnica, aumento de produtividade, agregação de valor) para aproveitamento dessas áreas de forma a minimizar os impactos ambientais e aumentar a oferta de produtos. Prever a disponibilidade alimentar e a sazonalidade das diferentes fontes (pescado, caça, agrícola, criação e extrativismo vegetal), propondo ações para os períodos de maior escassez alimentar e déficits nutricionais. Prever a capacitação das comunidades para incorporar novos conceitos e tecnologias para maximizar o uso e aproveitamento das fontes alimentares disponíveis.
- Subprograma produtos madeireiros: apontar macro-regiões com potencial madeireiro, nas quais poderão ser implementados Planos de Manejo Florestal Sustentável de Uso Múltiplo Comunitário – PMFS Comunitário, definindo as estratégias e ações necessárias para a exploração sustentável deste recurso.

- Subprograma turismo: identificar as potencialidades turísticas da Unidade (turismo ecológico, cultural, aventura, científicos e outros), bem como, propor ações que visem a implementação desta atividade (capacitação da comunidade e associações, criação de infra-estrutura básica e outros);
- Subprograma pesquisa: definir as linhas prioritárias de pesquisas, as quais devem ter a participação efetiva das comunidades, visando a sustentabilidade socioeconômica e ambiental, identificando os produtos da flora e fauna passíveis de extrativismo, relacionando as atividades e ações necessárias para efetivar a sua possível implementação;
- Subprograma certificação ambiental: identificar os produtos extrativistas passíveis de obter certificação ambiental, tendo em vista as condições de sustentabilidade sócio-ambiental em que são explorados. Recomendar ações visando atender procedimentos para a certificação ambiental;

1.3. Programa de Monitoramento e Proteção Ambiental: tem como proposta subsidiar a gestão da Reserva por meio de informações que possibilitem a tomada de decisão e correção de rumos das atividades desenvolvidas, bem como monitorar atividades potencialmente degradadoras e poluidoras na Unidade e sua Zona de Amortecimento. Para cada subprograma a ser constituído, destacar os objetivos a serem alcançados.

- Subprograma monitoramento: definir ações, procedimentos, métodos e insumos para identificar e registrar a dinâmica na Unidade e sua Zona de Amortecimento quanto aos aspectos sociais, culturais, ambientais e econômicos. Este subprograma deve se articular com o macro monitoramento da Divisão de Monitoramento e Informações Ambientais – DMIF/ICMBio, que possui indicadores gerais para as RESEXs/RDS e indicadores específicos adaptados à realidade local, quando necessário.
- Subprograma proteção ambiental: este subprograma deve prever as articulações do ICMBio/RESEX Rio Cautário junto às comunidades, de forma co-responsável, visando identificar ações de controle e fiscalização dentro da Reserva e Zona de Amortecimento, bem como, medidas a serem tomadas para coibir os usos indevidos, observando a legislação e os acordos pertinentes à Unidade; Identificar a necessidade de infra-estrutura adequada para as atividades de controle ambiental.

1.4. Programa Recuperação de Áreas Degradadas: tem como proposta identificar as áreas degradadas e aquelas ações que causam impactos significativos nos ecossistemas, indicando as medidas mitigatórias necessárias. Para cada subprograma a ser constituído, destacar os objetivos a serem alcançados.

- Subprograma recuperação de áreas degradadas: propor ações para a recuperação e/ou mitigação dos danos ambientais como reflorestamento, implantação de Sistemas Agroflorestais-SAF's e outros);
- Subprograma Impactos Ambientais: propor ações para minimizar os impactos nocivos ao ecossistema advindos de atividades como caça indiscriminada, extração ilegal de madeira, redução do estoques de peixes, queimadas, de maneira a coibir as irregularidades e recuperar os recursos naturais (fiscalização, estudos técnicos, critérios de uso).

1.5. Programa de Gestão e Administração: tem como proposta estabelecer a estrutura e funcionamento da gestão da Unidade. Para cada subprograma a ser constituído, destacar os objetivos a serem alcançados.

- Subprograma gestão: identificar as necessidades de capacitação das instituições que representam as comunidades beneficiárias da Unidade, como associações, núcleos de base, outras formas associativas e o Conselho Deliberativo. Prever ações para revisar e/ou implementar os acordos firmados com as comunidades (Plano de Utilização, Regras de Convivência, Contrato de Concessão Real de Uso). Estas regras não poderão contradizer a

legislação ambiental vigente e demais normas e orientações do ICMBio quanto à gestão da Unidade. Prever parcerias e formas de implementação para realização de ações diversas e programas na Unidade;

- Subprograma administração: identificar a estrutura administrativa mínima necessária para a gestão compartilhada da Unidade (criação de sedes e sub-sedes da unidade gestora, infra-estrutura de apoio às associações, obras de infra-estrutura na Unidade, sistemas de comunicação);
- Subprograma comunicação: identificar os meios de comunicação necessários para divulgar a importância da Unidade nos diversos contextos (local, regional, nacional e internacional).

Observações

- Os programas e subprogramas especificados neste Termo de Referência são apresentados com o objetivo de orientar os trabalhos da contratada, podendo em conformidade com Equipe Técnica da RESEX do Rio Cautário e representantes das comunidades extrativistas beneficiárias, ser um ou mais deles suprimidos, bem como, outros programas e subprogramas criados.

Estratégia de execução

A definição dos programas e subprogramas a serem incorporados no Plano de Manejo da Unidade deve, necessariamente, ser elaborada a partir de oficina(s) participativa(s) com os representantes das comunidades extrativistas beneficiárias.

Produtos

1. Relatório contendo todos os programas e subprogramas a serem incorporados ao Plano de Manejo, atendendo os conteúdos anteriormente especificados, apresentado em duas cópias impressas e duas cópias em meio digital, formatos*.pdf e *.doc.

3.1.8. - 8^a ETAPA: ELABORAÇÃO DE DIRETRIZES PARA O MANEJO DA CASTANHA DA AMAZÔNIA (*Bertholetia excelsa*)

Atividades

1. Planejar e executar oficinas de mapeamento participativo, identificando as áreas de coleta e potenciais, ordenando-as por “talhões”. Esta atividade deve ser realizada adotando-se técnicas de fácil compreensão com representantes de todas as comunidades extrativistas que explorem a castanha.
2. Estimar a capacidade produtiva dos castanhais, sua regeneração e período de produção, utilizando metodologias participativas.
3. Organizar banco de dados e capacitar as comunidades extrativistas beneficiárias, a partir das informações obtidas nas oficinas de mapeamento participativo e outras referências, para gerenciamento das atividades de manejo da espécie.
4. Realizar estudos de escoamento e alternativas de mercado para a espécie, buscando-se informações em instituições públicas ou privadas, bem como, nas experiências das comunidades extrativistas beneficiárias.
5. Apresentar diretrizes para o manejo da castanha, de maneira a orientar a exploração e conservação da espécie.

Estratégia de Execução

As atividades de campo devem, necessariamente, ser executadas com a efetiva participação das comunidades extrativistas beneficiárias.

Produtos

1. Relatório sobre as áreas de coleta de castanha existentes na Unidade, apresentando as diretrizes para o manejo da espécie e demais informações, incluindo os mapas, em escala apropriada. O relatório deve ser apresentado em duas cópias impressas e duas cópias em meio digital, formatos *.pdf e *.doc.

3.1.9 – 9ª ETAPA ELABORAÇÃO DE DIRETRIZES PARA O MANEJO DO LÁTEX PRODUZIDO PELA SERINGUEIRA (*Hevea brasiliensis*)

Atividades

1. Planejar e executar oficinas de mapeamento participativo, identificando as áreas de coleta e potenciais, ordenando-as por “estradas”. Esta atividade deve ser realizada adotando-se técnicas de fácil compreensão com representantes de todas as comunidades extrativistas que explorem o látex.
2. Estimar a capacidade produtiva dos seringais, sua regeneração e período de produção, utilizando metodologias participativas.
3. Organizar banco de dados e capacitar as comunidades extrativistas beneficiárias, a partir das informações obtidas nas oficinas de mapeamento participativo e outras referências, para gerenciamento das atividades de manejo da espécie.
4. Realizar estudos de escoamento e alternativas de mercado para a espécie, buscando-se informações em instituições públicas ou privadas, bem como, nas experiências das comunidades extrativistas beneficiárias.
5. Apresentar diretrizes para o manejo da espécie, de maneira a orientar a extração e conservação da espécie.

Estratégia de Execução

As atividades de campo devem, necessariamente, ser executadas com a efetiva participação das comunidades extrativistas beneficiárias.

Produtos

1. Relatório sobre as áreas de coleta de látex existentes na Unidade, apresentando as diretrizes para o manejo da espécie e demais informações, incluindo os mapas, em escala apropriada. O relatório deve ser apresentado em duas cópias impressas e duas cópias em meio digital, formatos *.pdf e *.doc.

3.1.10 – 10ª ETAPA: ENTREGA DAS VERSÕES FINAL E RESUMIDA DO PLANO DE MANEJO

Atividades

1. Apresentar ao ICMBio/RESEX Rio Cautário a versão final do Plano de Manejo da Reserva Extrativista Rio Cautário e sua versão resumida.

Estratégia de Execução

O plano de manejo deverá ser entregue contendo todas às modificações e recomendações apontadas e acordadas entre a contratada e o ICMBio/RESEX Rio Cautário.

Antes da impressão final do Plano de Manejo e da versão resumida, encaminhar uma cópia impressa ao ICMBio/RESEX Rio Cautário para novas verificações e possíveis acertos a serem efetuados.

As informações contidas no Plano de Manejo devem ser escritas de forma a serem compreendidas por pessoas com diversos graus de instrução, possibilitando uma análise e interpretação adequada do

documento. Os dados técnicos, necessários à caracterização física e biótica da Unidade, devem ser acompanhados de notas técnicas explicativas.

Produtos

1. Plano de Manejo, na íntegra, contendo todas as informações obtidas nas etapas anteriores, incluindo-se os mapas e anexos, apresentado em 10 cópias impressas e 10 cópias digitais, formato *pdf. Os mapas devem ser apresentados nos formatos *pdf e *shp.
2. Plano de Manejo, na sua versão resumida, com linguagem mais acessível, para distribuição no interior da Unidade e outros interessados, apresentado em 50 cópias impressas e 10 cópias digitais, formato *PDF.

4. ABRANGÊNCIA:

Em termos geográficos, o trabalho deverá alcançar toda a área da Reserva Extrativista Rio Cautário e sua zona de amortecimento, conforme determina o Artigo 27, parágrafo 2º da Lei nº 9.9985, de 18 de junho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC. Tais áreas serão identificadas durante os trabalhos de planejamento, mapeamento participativo, levantamento de dados secundários e atividades de campo, visando conhecer a dinâmica ambiental atual e as tendências de crescimento econômico da UC e entorno. A identificação destes ambientes deverá seguir as orientações da equipe do ICMBio/RESEX Rio Cautário, tendo em vista sua importância no estabelecimento das estratégias de manejo para a Reserva.

5. QUALIFICAÇÃO DA EMPRESA

Poderão habilitar-se à realização dos trabalhos, instituições que tenham capacidade técnica reconhecida e experiência para a execução das atividades previstas neste TdR.

5.1. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

O critério de avaliação do Edital será na modalidade de Técnica e Preço. Um procedimento de duas etapas será utilizado. Em primeiro lugar será realizada a (i) Habilitação Técnica da empresa, e (ii) Qualificação técnica de caráter classificatório e eliminatório. Posteriormente será realizada a abertura e comparação de preços.

5.1.1 Habilitação Técnica da Empresa - Análise eliminatória

A experiência da empresa será comprovada mediante a apresentação de atestados técnicos, conforme requisitos abaixo:

Qualificação e experiência da empresa
a) Experiência de 02 trabalhos de elaboração em Plano de Manejo.

As empresas que não apresentarem a documentação requerida não serão habilitadas para avaliação da Equipe Técnica.

A experiência da empresa será comprovada por meio da apresentação de atestados de capacidade técnica, emitidos em favor da licitante, impressos em papel timbrado do emitente, sem rasuras ou entrelinhas, nos quais esteja comprovada a experiência em coordenação e elaboração de Planejamento ou Diagnóstico Ambiental.

- Deverá constar, obrigatoriamente, em cada atestado: nome (razão social), CNPJ e endereço completo da Contratante e da Contratada; características do trabalho realizado (denominação, natureza, descrição e finalidade); local de execução dos serviços; período de realização (dd/mm/aa a dd/mm/aa); metodologia e recursos utilizados; data da emissão, nome, cargo, telefone e assinatura do responsável pela emissão do atestado.

5.1.2 Critério Geral de avaliação da qualificação técnica

As pontuações da Equipe Técnica e da Proposta Técnica serão obtidas pelo somatório simples dos itens descritos na Experiência da Equipe técnica e na Proposta Técnica. Serão classificados para a análise da proposta de preço apenas as concorrentes que atenderem ao requisito mínimo de 70% no Critério Geral de Avaliação.

5.1.2.1 Experiência da Equipe Técnica

A equipe de trabalho deve ser composta por profissionais de nível superior, que trabalharão como: (i) Coordenador, (ii) Assessores técnicos, e (iii) Moderador/ Facilitador de oficinas.

Descrição do Perfil do Coordenador: Formação acadêmica plena na área das ciências sociais, ou ciências ambientais com experiência comprovada em diagnósticos e planejamentos participativos, preferencialmente, em unidades de conservação. O candidato deverá ter disponibilidade irrestrita para viagens em todo o território nacional e ter condições de realizar atividades de campo em situações adversas, incluindo longos deslocamentos a pé, embarcado, em diferentes tipos de veículos e aeronaves. Suas funções incluem: coordenar os trabalhos de campo e de escritório, a sistematização e a consolidação dos resultados, dados e todas as informações obtidas durante toda a contratação.

Descrição do Perfil dos Assessores Técnicos: Formação acadêmica plena na área das ciências ambientais (Biologia, ecologia, Engenharia Ambiental, engenharia Florestal, Agronomia ou afins) com experiências comprovadas em atividades na área de conservação do bioma amazônico. Os profissionais devem assessorar o coordenador no levantamento e análise de dados secundários bióticos e abióticos e dados socioeconômicos. Suas funções incluem: realizar trabalhos de campo e de escritório para elaboração dos produtos objeto de contratação do edital, com enfoque nas experiências exigidas para o cargo. Poderá um Assessor Técnico participar na elaboração de mais de um produto, desde que comprovada a sua capacitação e experiência para a execução dos trabalhos.

Descrição do Perfil do Moderador/ Facilitador: Formação acadêmica plena na área das ciências sociais, ou ciências ambientais e curso de formação em organização e moderação de eventos. Experiência na organização e moderação de eventos participativos com povos e comunidades tradicionais (consultas públicas, seminários).

A formação da Equipe Técnica será comprovada por meio de apresentação de Currículo Vitae assinado pelo consultor com declaração que esse profissional irá desenvolver os trabalhos descritos no edital, caso a empresa seja vencedora do certame.

5.1.2.2 Proposta Técnica

A Análise da proposta técnica consiste em etapa eliminatória. A proposta deverá ser redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, com suas páginas numeradas sequencialmente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas.

A Proposta Técnica será a base para a elaboração do Plano de Trabalho e após a conclusão do processo de seleção a contratada deverá ajustar o documento conforme recomendações da Equipe do ICMBio/RESEX Rio Cautário.

A Proposta Técnica apresentada deverá atender, obrigatoriamente, às seguintes condições:

- Contextualização: deve apresentar conhecimento sobre o objeto do Edital e análise sobre o planejamento da Região de inserção da UC;
- Metodologia: deve analisar a abordagem multidisciplinar para tratamento do tema, o enfoque participativo e a questão da sustentabilidade além de identificar os referenciais teóricos, as abordagens e os aspectos práticos do trabalho;
- Programa de Trabalho: exposição do plano de ação, com cronograma de execução para a consecução dos produtos descritos neste Edital. O programa de trabalho deverá ainda apresentar os recursos humanos, materiais e a necessidade de uso das instalações e equipamentos da unidade de conservação. O programa de trabalho deverá indicar, se for o caso, a participação de terceiros apresentando, claramente, os nomes, currículos resumidos e a atribuição de cada durante o processo.

Observações:

- Na composição da Proposta Técnica é obrigatória a identificação dos referenciais teóricos utilizados;
- O cronograma de trabalho não deverá ultrapassar os prazos máximos estabelecidos no item 6.;
- Os itens descritos no conteúdo da proposta deverão ser apresentados com clareza e objetividade;

5.1.3. AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

Para a avaliação baseada na qualidade e no preço serão atribuídos pesos para os critérios técnicos e financeiros.

Estratégia de Execução:

A equipe técnica apresentada durante processo seletivo deverá ser mantida até o final do trabalho, sob pena de rescisão de contrato. Em casos excepcionais, a substituição do coordenador, Assessores Técnicos e do Moderador/Facilitador será permitida, desde que os profissionais apresentados tenham qualificação igual ou superior ao perfil requerido no edital, e sejam aprovados pela Equipe de ICMBio/RESEX Rio Cautário.

6. PRODUTOS, CRONOGRAMA E PRAZOS

6.1. PRODUTOS

1º Produto: PLANO DE TRABALHO

- Realizar uma reunião em que será apresentada a equipe de planejamento (ICMBio/RESEX do Rio Cautário), como também apresentar e analisar o plano de trabalho entregue pela CONTRATADA, incluindo as atividades a serem realizadas, as metodologias participativas, o cronograma executivo-financeiro, o material necessário, etc.

2º Produto: LEVANTAMENTO DE DADOS SECUNDÁRIOS (COLETA E ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES DISPONÍVEIS), constituído dos seguintes documentos

- Revisão bibliográfica realizada, apresentada em forma de cópias ou por meio digital, formatos*.pdf e *.doc.
- Diagnóstico preliminar elaborado com as informações bibliográficas relevantes para o manejo da UC, apresentado em três cópias impressas e duas cópias em meio digital, formatos *.pdf e *.doc. ;
- Base cartográfica e mapas temáticos preliminares elaborados em escala compatível, contendo dados referentes às tipologias de vegetação, ao uso da terra (antropismo), hidrografia, geomorfologia, litologia e infraestrutura existente, apresentados nos formatos *pdf e *shp, ou outros compatíveis.

3º Produto: REALIZAÇÃO DE OFICINA DE MAPEAMENTO PARTICIPATIVO

- Relatório contendo as informações e percepções das comunidades obtidas durante o evento (Oficina de mapeamento participativo), elaborado em duas cópias impressas e duas cópias em meio digital, formatos *.pdf e *.doc.

4º Produto: LEVANTAMENTO DE DADOS PRIMÁRIOS (LEVANTAMENTOS DE CAMPO E ESTUDOS ESPECÍFICOS), constituído dos seguintes documentos:

- Relatório sobre o Levantamento da Vegetação;
- Relatório sobre o Levantamento da Mastofauna, Herptofauna, Avifauna e Ictiofauna;
- Relatório sobre o Levantamento do meio ambiente físico (Pedologia, Geomorfologia, Geologia, Hidrografia);
- Relatório sobre o Levantamento Socioeconômico, Aspectos Legais e Patrimônio Histórico-Cultural;
- Relatório sobre a Análise situacional da Unidade.

Todos os relatórios devem ser apresentados em duas cópias impressas e duas cópias em meio digital, formatos *.pdf e *.doc.

5º Produto: IDENTIFICAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DA GESTÃO DA UNIDADE, constituído dos seguintes documentos:

- Relatório contendo as informações sobre a estrutura e atribuições das instituições existentes na Unidade, incluindo o Conselho Deliberativo e o ICMBio/RESEX Rio Cautário. O relatório deve ser apresentado em duas cópias impressas e duas cópias em meio digital, formato *.pdf.
- Cópia de acordos específicos, se existentes. Caso contrário elaborar relatório contendo os principais pontos abordados por estes documentos, a ser apresentado em duas cópias impressas e duas cópias em meio digital, formatos *.pdf e *.doc.
- Documento contendo as Regras de Convivência, elaborado com a participação efetiva das comunidades extrativistas beneficiárias, a ser apresentado em duas cópias impressas e duas cópias em meio digital, formatos *.pdf e *.doc.

6º Produto: DEFINIÇÃO DO ZONEAMENTO PARA A UNIDADE, constituído dos seguintes documentos:

- Mapa do zoneamento da Unidade, incluindo a sua zona de amortecimento, devendo ser apresentado em escala compatível, em duas cópias impressas e duas em meio digital, formatos *.pdf e *.shp.
- Relatório contendo as zonas criadas dentro da Unidade, descrevendo os possíveis usos e restrições, e ainda, estabelecendo a sua zona de amortecimento, apresentado em duas cópias impressas e duas cópias em meio digital, formatos *.pdf e *.doc.

7º Produto: PROGRAMAS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E SOCIOECONOMIA DA UNIDADE

- Relatório contendo todos os programas e subprogramas a serem incorporados ao Plano de Manejo, atendendo os conteúdos anteriormente especificados, apresentado em duas cópias impressas e duas cópias em meio digital, formatos *.pdf e *.doc.

8º Produto: ELABORAÇÃO DE DIRETRIZES PARA O MANEJO DA CASTANHA DA AMAZÔNIA (*Bertholetia excelsa*)

- Relatório sobre as áreas de coleta de castanha existentes na Unidade, apresentando as diretrizes para o manejo da espécie e demais informações, incluindo os mapas, em escala apropriada. O relatório deve ser apresentado em duas cópias impressas e duas cópias em meio digital, formatos *.pdf e *.doc.

9º Produto: ELABORAÇÃO DE DIRETRIZES PARA O MANEJO DO LÁTEX PRODUZIDO PELA SERINGUEIRA (*Hevea brasiliensis*)

- Relatório sobre as áreas de coleta de látex existentes na Unidade, apresentando as diretrizes para o manejo da espécie e demais informações, incluindo os mapas, em escala apropriada. O relatório deve ser apresentado em duas cópias impressas e duas cópias em meio digital, formatos *.pdf e *.doc.

10º Produto: ENTREGA DAS VERSÕES FINAL E RESUMIDA DO PLANO DE MANEJO, constituído dos seguintes documentos:

- Plano de Manejo, na íntegra, contendo todas as informações obtidas nas etapas anteriores, incluindo-se os mapas e anexos, apresentado em 10 cópias impressas e 10 cópias digitais, formato *.pdf. A base cartográfica deverá ser entregue em três cópias digitais, formatos *.pdf e *.shp.

- Plano de Manejo, na sua versão resumida, com linguagem mais acessível, para distribuição no interior da Unidade e outros interessados, apresentado em 50 cópias impressas e 10 cópias digitais, formato *.pdf.

6.2. FORMA DE APRESENTAÇÃO

As normas para apresentação do Plano de Manejo - versão final - serão fornecidas pelo ICMBio/RESEX Rio Cautário. Para os produtos intermediários não será exigida formatação específica, porém, deverão apresentar os conteúdos especificados neste Termo de Referência.

6.3. CRONOGRAMA, PRAZOS E FORMAS DE PAGAMENTO.

A duração total dos trabalhos de elaboração do plano de manejo da Reserva Extrativista Federal Rio Cautário deverá ocorrer em 12 meses (365 dias), sendo os produtos distribuídos conforme cronograma apresentado a seguir. Sempre que os produtos intermediários forem submetidos à apreciação da equipe do ICMBio-RESEX Rio Cautário para aprovação, essa terá um prazo de 10 (dez) dias úteis para se manifestar. Havendo necessidades de ajustes, a contratada deverá atender às recomendações solicitadas para o aprimoramento e a melhoria do Produto num prazo máximo de até 10 dias corridos após o recebimento das recomendações solicitadas pela equipe do ICMBio-RESEX Rio Cautário. Os pagamentos serão realizados pelo Funbio – Fundo Brasileiro para a Biodiversidade, em até 10 dias úteis após a aprovação dos produtos pela equipe do ICMBio-RESEX Rio Cautário. O documento final deverá ser entregue no prazo máximo de 30 (trinta) dias após sua apreciação pela equipe do ICMBio-RESEX Rio Cautário. O prazo máximo para a execução dos serviços pela contratada é apresentado a seguir por produto, com o prazo a contar da assinatura do contrato.

Produto	Prazo (dias) de entrega após a assinatura do contrato	% do valor do contrato
1º - Plano de Trabalho	45	00%
2º - Levantamento de dados secundários	60	05%
3º - Oficina de mapeamento participativo	120	05%
4º - Levantamento de dados primários	180	20%
5º - Identificação e estruturação - gestão da UC	210	05%
6º - Definição do zoneamento da Unidade	240	05%
7º - Definição dos programas para a Unidade	270	05%
8º - Elaboração de diretrizes - manejo castanha	310	05%
9º - Elaboração de diretrizes – manejo látex	340	20%
10º - Versões final e resumida do plano manejo	365	30%

Estratégia de execução:

Cada um dos produtos a ser entregue pela empresa contratada, para efeito de pagamento, deverá ter a aprovação prévia da Equipe Técnica do ICMBio/RESEX Rio Cautário, acompanhado por meio de parecer técnico e termo de recebimento.

Todas as despesas com passagens aéreas, hospedagem, alimentação e comunicação da equipe contratada deverão ser incluídas neste orçamento.

Todos os equipamentos e serviços de terceiros, necessários à preparação do trabalho, tais como serviços de digitação, elaboração de mapas temáticos, sobrevôo, serviços de moderação e outros recursos similares correrão por conta da contratada.

7. DADOS, SERVIÇOS, PESSOAL E INSTALAÇÕES FORNECIDAS PELO ICMBio/RESEX Rio Cautário.

O acesso a toda a documentação existente no ICMBio, em Brasília-DF e na Reserva Extrativista Rio Cautário, que possa auxiliar o trabalho da contratada lhe será facilitado, mediante prévia solicitação.

Por ocasião do trabalho de campo poderão ser utilizados os meios de transporte destinados para este fim e outros equipamentos necessários, desde que haja disponibilidade e anuênciia do Chefe da Unidade.

As teses de pós-graduação e monografias, os artigos científicos e outras publicações que venham a utilizar os dados coletados durante a elaboração do plano de manejo deverão possuir anuênciia prévia do ICMBio/RESEX Rio Cautário.

8. SUPERVISÃO DAS ATIVIDADES

Não obstante a contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução de todo o objeto, o ICMBio reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os materiais. A supervisão das atividades da consultoria em qualquer das etapas do trabalho estará a cargo do ICMBio/RESEX Rio Cautário, que terá pleno acesso a todas as informações e atividades realizadas para a elaboração dos serviços deste termo de referência.

A avaliação técnica e aprovação dos documentos preliminares e finais apresentados será de responsabilidade da Equipe Técnica do ICMBio-RESEX Rio Cautário e a Coordenação de Elaboração e Revisão de Plano de Manejo – COMAN. Quando houver necessidade de informações complementares ou alterações dos documentos apresentados, a contratada será comunicada por escrito, pela Equipe Técnica do ICMBio/RESEX Rio Cautário, podendo ser pedidas novas alterações para um mesmo documento, somente se não atendido ao solicitado.

A consultoria fica obrigada a fornecer todos os elementos de seu conhecimento e competência necessários aos processos de acompanhamento e monitoria do ICMBio/RESEX Rio Cautário, bem como fica obrigada a fornecer dados, informações, sistemas informatizados, e todos e quaisquer elementos que integrem ou sejam utilizados na realização dos serviços deste termo de referencia.

Caberá a contratada executar as atividades apresentadas neste Edital e providenciar, caso necessário, a contratação de profissionais para atividades complementares. Todos os equipamentos e serviços de terceiros necessários à preparação do trabalho, tais como serviços de digitação, elaboração de mapas temáticos, preparação e apoio para as oficinas e outros recursos similares correrão por conta da contratada. Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto do contrato, deverão ser prontamente atendidas pela contratada, sem ônus para o ICMBio. Em todas as fases do Plano de Manejo a contratada deverá cumprir as solicitações. Somente após o cumprimento das exigências serão aprovados os produtos e encaminhada à liberação do pagamento, de acordo com o cronograma de desembolso. O término dos serviços de consultoria ocorrerá somente após a aprovação do Plano de Manejo e de sua versão para divulgação pelo Conselho Deliberativo das Resex e entrega da versão final do plano de manejo conforme estabelecido no item 6. deste TdR.